

ACADEMIA DA FORÇA AEREA

Estudo Técnico Preliminar 110/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67510.006056/2026-36

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de materiais destinados à adequação das unidades de hospedagem do Hotel de Trânsito desta Academia da Força Aérea (AFA) ao **Padrão Repousar**, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema de Hotéis de Trânsito (SISHT) e explicitadas no Ofício emitido pela Subdiretoria de Apoio Administrativo (SDAP).

A iniciativa visa promover a **padronização e a elevação da qualidade da infraestrutura de hospedagem no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER)**, assegurando maior conforto, funcionalidade e eficiência na prestação dos serviços oferecidos aos usuários das instalações de trânsito, ainda que sem a realização de intervenções estruturais na edificação.

Considerando que não há previsão de obras de adaptação física, a solução intermediária adotada consiste na substituição e adequação de **equipamentos e mobiliários**, de modo a atender aos parâmetros tecnológicos e de conforto definidos pelo SISHT. Essa medida contribuirá diretamente para **melhorar a experiência do usuário, preservar a capacidade instalada e reforçar a imagem institucional da AFA**, em alinhamento às diretrizes superiores de qualidade e padronização.

Dessa forma, a contratação proposta revela-se **necessária e oportuna** para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços de hospedagem prestados aos usuários do COMAER, atendendo às determinações da SDAP quanto à uniformização e modernização das unidades sob sua supervisão, assegurando o fiel cumprimento dos objetivos do Projeto SISHT e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários descentralizados.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Facilidades	LUANA KAENA PEREIRA VICK Ap QOCON Adm

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações previstas no Edital, em seus anexos, na proposta apresentada e na respectiva Ata de Registro de Preços, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita execução do objeto.

1. Entrega dos materiais

Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, novos, de primeiro emprego e em suas embalagens originais, conforme prazos, locais e condições descritos no Termo de Referência e seus anexos.

Cada item deverá ser acompanhado da respectiva nota fiscal, constando informações sobre marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

2. Transporte e acondicionamento

O transporte, seguro e demais encargos relativos à entrega serão de inteira responsabilidade da contratada. A Administração não responderá por danos ou extravios ocorridos durante o transporte.

3. Garantia e responsabilidade por vícios

A contratada será responsável por eventuais vícios, falhas de fabricação ou avarias detectadas, devendo reparar, substituir ou corrigir o item defeituoso no prazo estipulado no Termo de Referência, contado a partir da comunicação formal da Administração.

4. Condições de recusa de materiais

Não serão aceitos materiais cujas embalagens apresentem avarias, rasgos, manchas, ferrugem, deformações ou falta de limpeza. Nessas hipóteses, os produtos deverão ser substituídos às expensas da contratada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5. Levantamento de Mercado

Conforme preconiza o inciso III do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, para a contratação em tela foram analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, por meio de pesquisa em bases de dados de contratações públicas, como *Compras.gov.br*, *Painel de Preços*, e processos licitatórios de Organizações Militares do COMAER que implementaram o Padrão Repousar, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias e soluções que melhor atendessem à necessidade desta Guarnição.

Com o intuito de selecionar a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando a economicidade e a boa utilização dos recursos públicos descentralizados pela SDAP, foi realizada a seguinte análise comparativa:

Alternativa 1 – Locação de eletroeletrônico e mobiliário:

Não recomendada. Trata-se de solução de caráter temporário, gerando custos recorrentes e sem agregação de patrimônio permanente à União. A natureza da necessidade – melhoria da infraestrutura de hospedagem e padronização de quartos – possui caráter contínuo, o que torna a locação financeiramente desvantajosa.

Alternativa 2 – Conserto e manutenção dos bens existentes:

Inviável. Os equipamentos e mobiliários atualmente disponíveis encontram-se obsoletos e sem padrão de qualidade conforme os critérios do SISHT. A tentativa de reaproveitamento implicaria custos altos de manutenção com benefício limitado, sem garantia de uniformidade e qualidade esperadas.

Alternativa 3 – Aquisição de eletroeletrônico e mobiliário novo (solução adotada):

Recomendada. Possibilita o atendimento direto às diretrizes do Padrão Repousar, a atualização tecnológica dos equipamentos, o aumento da vida útil dos bens e a padronização das unidades de hospedagem, promovendo conforto e melhor experiência ao usuário.

Verificou-se que a modalidade licitatória comumente utilizada para objetos de mesma natureza é o **Pregão Eletrônico**, em função da ampla concorrência e da possibilidade de ganhos econômicos pela disputa de preços. Será adotado o mesmo procedimento para a presente contratação, observadas as especificações técnicas padronizadas disponibilizadas no portal do SISHT (<<https://sisht.intraer/index.php/legislacao>>).

Foram também realizadas consultas no Portal FAB, conforme orientações contidas na Portaria GM-MD nº 5.336, de 1º de novembro de 2023, a fim de verificar a existência de **Intenções de Registro de Preços (IRPs)** em andamento que pudessem atender à demanda, não tendo sido identificada nenhuma compatível em especificidade e localidade.

Assim, a opção pela **aquisição direta de novos equipamentos e mobiliários** mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada às diretrizes do SISHT, proporcionando ganhos de padronização, conforto e durabilidade, sem necessidade de intervenções estruturais.

6. Descrição da solução como um todo

1. Solução Adotada

Abertura de licitação na modalidade **pregão eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP)** para aquisição de eletroeletrônico para o Repousar - SFAC/ HT, conforme especificações do Termo de Referência.

2. Resultados Esperados

A contratada deverá entregar:

- Materiais novos, em embalagem original, com nota fiscal completa
- Conformidade técnica com especificações do edital
- Entrega no prazo de até **30 (trinta) dias** da Nota de Empenho
- Suporte técnico durante período de garantia

3. Principais Cláusulas Contratuais

3.1. Prazo e Condições de Entrega

- Prazo: 30 dias da emissão da Nota de Empenho (remessa única)
- Local: Estrada de Aguaí, s/nº – Jardim Bandeirantes, CEP 13.631-750, Pirassununga-SP
- Horário: Segunda a quinta (08:30h-15:30h); sexta (08:30h-11:30h)

3.2. Comunicação de Atrasos

A contratada deverá comunicar impossibilidade de entrega com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis**, sob pena de aplicação de multa e demais sanções, ressalvados casos de força maior devidamente comprovados.

3.3. Caracterização como Bens Comuns

Os objetos possuem **padronização de mercado**, com especificações técnicas usuais de **marca/modelo**, amplamente comercializados nacionalmente e de fácil reposição, caracterizando-se como **bens comuns** (art. 6º, XXXI, Lei nº 14.133/2021).

3.4. Dispensa de Garantia Contratual (Arts. 96-102, Lei nº 14.133/2021)

- **Justificativa técnica:** Bens padronizados, de baixo risco de inadimplemento, amplamente disponíveis no mercado nacional
- **Risco classificado:** Baixo (Matriz de Riscos do ETP)
- **Precedentes normativos:** Acórdão TCU 1.234/2024 e IN SEGES/ME nº 5/2023, art. 17
- **Garantia do fornecedor:** Mantida conforme Código de Defesa do Consumidor

3.5. Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização

- Em atendimento ao disposto no art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e à Portaria SEGES/ME nº 938/2022, foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização. Verificou-se, contudo, que os itens atualmente disponibilizados não contemplam o objeto desta contratação, razão pela qual se justifica a não utilização do catálogo no presente caso, permanecendo a especificação técnica no TR conforme as necessidades da Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Consoante o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no inciso III do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 58/2022, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base no levantamento das necessidades de aparelhamento integral do Hotel de Trânsito da AFA, em conformidade com as diretrizes do Padrão Repousar estabelecidas pelo SISHT.

Para fins de dimensionamento, considerou-se a estrutura física existente, composta por 40 (quarenta) unidades de hospedagem, projetadas para ocupação dupla, bem como os ambientes de apoio operacional e administrativo indispensáveis ao pleno funcionamento do hotel. A definição dos quantitativos partiu da padronização das unidades habitacionais e da análise da capacidade de atendimento da instalação, observando-se critérios de funcionalidade, conforto e eficiência na prestação do serviço.

No tocante às áreas comuns e de apoio, os quantitativos foram estabelecidos com base no fluxo estimado de usuários, na necessidade de suporte às atividades operacionais e na manutenção de condições adequadas de organização, atendimento e gestão administrativa, assegurando o adequado funcionamento de todos os setores envolvidos.

A estimativa também considerou a necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, evitando insuficiências ou excessos que possam comprometer a economicidade da contratação. Ademais, foram observadas as limitações orçamentárias e as diretrizes legais aplicáveis, inclusive quanto à promoção do desenvolvimento nacional sustentável e ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando cabível.

Dessa forma, os quantitativos definidos mostram-se compatíveis com a demanda identificada, a capacidade instalada e os objetivos institucionais, conferindo suporte adequado à instrução do processo licitatório com base em parâmetros objetivos e tecnicamente justificados.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 997.684,60

Os valores de referência foram obtidos em conformidade à Instrução Normativa nº 65/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A justificativa para o parcelamento do objeto recai sobre a viabilidade técnica e econômica demonstrada na pesquisa de mercado, bem como no melhor aproveitamento de mercado e ampliação da competitividade entre os fornecedores, visto que qualquer fornecedor poderia cotar os itens em questão. Como se tratam de objetos comuns, esta administração optou por licitar por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Equipe de Planejamento elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar com vistas a avaliar a viabilidade da contratação e a subsidiar a elaboração do Termo de Referência, em conformidade com a legislação aplicável.

A contratação está alinhada ao planejamento institucional, pois visa à padronização e à adequação das unidades de hospedagem do Hotel de Trânsito aos parâmetros do SISHT, sem acréscimo de capacidade instalada ou necessidade de intervenção estrutural.

No aspecto orçamentário, a despesa encontra-se compatível com os recursos descentralizados para a finalidade específica, não se caracterizando como criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com aumento de despesa continuada, nos termos do art. 16 da LC nº 101/2000.

Essa contratação está alinhada com o PCA de 2026 do Órgão através do identificador: 120060-115/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretende alcançar a padronização das unidades de hospedagem do Hotel de Trânsito da AFA, em consonância com as diretrizes do Padrão Repousar do SISHT, promovendo uniformidade, funcionalidade e adequação da infraestrutura às necessidades da Organização Militar.

Espera-se, ainda, a melhoria do conforto, da segurança e da experiência de hospedagem dos usuários, mediante a disponibilização de equipamentos e mobiliários novos, mais apropriados à finalidade do serviço, com reflexos positivos na qualidade do atendimento prestado.

Sob a perspectiva da economicidade, a aquisição de bens permanentes possibilitará melhor aproveitamento dos recursos públicos, maior durabilidade dos itens e redução de gastos futuros com manutenções corretivas e substituições emergenciais, além de contribuir para o fortalecimento do patrimônio da Administração.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como medida apta a atender ao interesse público, com ganhos de eficiência, padronização e melhoria contínua da prestação do serviço de hospedagem.

13. Providências a serem Adotadas

A princípio, não foi verificada a necessidade de adequação do ambiente organizacional ou da capacitação dos servidores. Caso haja, o advento de tal necessidade no decorrer do processo licitatório, o Órgão providenciará o pleno atendimento das novas demandas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não foram observados impactos ambientais para a contratação dos objetos em tela. Todavia, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Só será admitida a oferta de projetor e fragmentadora que cumpra os requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

Só será admitida a oferta dos produtos Ares Condicionados que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 269, DE 22 de junho de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenila-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) polibromados (PBDEs);

Só será admitida a oferta de Frigobar que possua Selo de identificação da conformidade, nos termos da Portaria nº 148, de 28 de março de 2022 - INMETRO, e legislação correlata. (PÁG 92 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª Ed.)

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável a contratação, pelos motivos expostos no item 12 deste ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MURILO CARILLE BALDIN

Equipe de apoio

CRISTIANE DUARTE SILVA

Equipe de apoio

LUANA KAENA PEREIRA VICK

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo

WELLINGTON MARCELO FERNANDES

ORDENADOR DE DESPESAS DA AFA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP_120060-000110-2026-2
Data/Hora de Criação:	08/05/2026 14:13:58
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	10a6dc006093b246c335f3577fd1ff81
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Aspirante LUANA KAENA PEREIRA VICK no dia 13/05/2026 às 08:19:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial CRISTIANE DUARTE SILVA no dia 13/05/2026 às 08:37:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cabo MURILO CARILLE BALDIN no dia 13/05/2026 às 09:14:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WELLINGTON MARCELO FERNANDES no dia 13/05/2026 às 11:51:57 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO